

PORTO ALEGRE COLONIAL: UMA OCUPAÇÃO LUSO-PLATINA

Eduardo Neumann*

“(…) teve a providencia de criar a Vila de Porto Alegre, para cuja fundação escolheu o sitio melhor que há naquele Continente; por ficar bem no centro dele, onde não pode chegar o inimigo, se não por navegação (...).”¹

Espanha e Portugal, vizinhos na Península Ibérica repetiram a mesma experiência nas possessões sul-americanas. Entretanto os limites coloniais entre as duas coroas estavam determinados de forma precária. A única demarcação existente era a linha imaginária estipulada no Tratado de Tordesilhas em 1494, motivando interpretações antagônicas.

A dubeidade existente quanto à definição dos domínios meridionais deixava margens para reivindicações ancoradas na “teoria das fronteiras naturais”, argumento amplamente utilizado pelos negociadores lusitanos para defender seus interesses sobre a margem setentrional do rio da Prata.

As iniciativas portuguesas no sentido de exercer influência sobre uma destas margens, remontam ao século XVI. A medida mais ousada de Portugal, enquanto potência mercantil foi a fundação da Colônia do Sacramento em 1680. Fortaleza estrategicamente instalada em um porto natural, na margem oposta à Buenos Aires.

* Mestre em História, UFRGS. Pesquisador do Programa Internacional de Investigações Interdisciplinares da Região Platina Oriental (PRÓPRATA). Este texto é o resultado preliminar do projeto de pesquisa “Primeiros povoadores de Porto Alegre”, vinculado ao Museu José Joaquim Felizardo (Porto Alegre, RS).

¹ 1803. FERNANDES, Domingos Jose Marques. Descrição corografica política civil e militar da capitania de São Pedro do Sul. In: *Instituto Anchieta de Pesquisas* (Revista), n. 15, 1961.

Os comerciantes portugueses estavam interessados em captar, a partir de Sacramento, parte do metal extraído de Potosi. A infiltração de mercadorias nas rotas comerciais hispano-americanas ocorria através do contrabando, atividade rentável diante do monopólio comercial imposto as colônias.

A corte de Lisboa, a fim de promover o avanço e ampliar sua presença na região, expediu um Despacho Régio, aconselhando para se “(...) ocupar os portos principais daquela marinha com colônias”², orientando no sentido de aproveitar os acidentes naturais existentes no litoral.

O desejo secreto de expansão para o sul, foi concretizado nos decênios finais do século XVII, através da ocupação sistemática da faixa costeira. Primeiramente ocuparam o litoral sul do Brasil (Paranaguá, Laguna) e, no início do XVIII, concretizaram a ligação terrestre entre Laguna e Colônia, ocasião em que começaram a explorar às terras interiores do Continente do Rio Grande.

Nesta ocasião o governo de Lisboa decidiu enviar uma força exploratória, com vistas a fixar-se em outro ponto da margem esquerda do rio da Prata, na paragem de Montevideú. Essa possibilidade desencadeou a reação hispânica que foi rápida e enérgica. Com a chegada das “(...) fuerzas españolas en 1724 los portugueses se retiraron y se fundo la ciudad de San Felipe de Montevideo”³, inviabilizando temporariamente as pretensões de Portugal no estuário platino.

O cerco a Colônia do Sacramento promovido por Espanha durante dois anos (1735/37) atestava o isolamento dessa praça. Determinando que em 1737, Silva Paes concretizasse efetivamente o interesse de Portugal pelo Continente, fundando um Forte na barra do Rio Grande, que serviria de ponto de apoio a Sacramento, alvo de reiteradas disputas.

Apesar dos reveses em Sacramento, a presença lusitana no extremo sul seguia intensa, agora acompanhada da fundação de fortalezas militares. Medidas adotadas em decorrência da necessidade de ampliar o número de tropas portuguesas na região diante da crescente militarização.

² 1722. Despacho Régio sobre o estabelecimento de Colonias na Ilha de Santa Catarina e no Rio Grande de São Pedro, com casais provenientes da Ilha do Pico. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 99.

³ MÖRNER, Magnus. Panorama de la sociedad del Rio de la Plata durante la primera mitad del siglo XVIII. *Estudios Americanos*, Sevilha, n. 92-93, p. 215, 1959.

OCUPANDO OS CAMPOS DE DENTRO

Alguns luso-brasileiros atraídos pela atividade pecuária haviam se instalado nos *campos de dentro de Viamão*. Estabeleceram algumas sedes de estâncias, pontilhando a área entre a foz do rio Jacuí (Guaíba) e Tramandaí⁴. Durante alguns anos, esses estancieiros e alguns homens mais permaneceram na área, cuidando apenas de seus interesses, ligados, principalmente, à prêa de gado e reprodução destes.

Quando esses primeiros povoadores iniciaram a ocupação das terras próximas ao delta do Jacuí, as parcialidades indígenas de filiação guarani que outrora povoavam os arredores estavam bastante diminuídas. A população nativa apresentava-se rarefeita, diante dos efeitos deletérios do contato com os exploradores seiscentistas.

Devido ao seu propósito colonizador, a Coroa Portuguesa facilitou sobremaneira a apropriação das terras interiores do Continente, concedendo sesmarias e datas, incentivando os povoadores no sentido de fixarem-se nos territórios meridionais muitas vezes sobre áreas de domínio espanhol.

Uma alternativa ao padrão de ocupação lusitana nas terras do continente, esteve determinada pelo envio de *casais das ilhas*⁵. Esta medida colonizadora foi uma consequência direta da permuta estabelecida entre as Coroas Ibéricas. O Tratado de Madri, de 1750, estabelecia a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões e buscava colocar um ponto final nos litígios fronteiriços.

O êxito do princípio do *uti possidetis* em 1750, sepultava a teoria da fronteira natural, motivo pelo qual a Coroa Portuguesa decidiu adotar uma política de povoamento mais agressiva. Foram enviados casais açorianos para o Continente com a finalidade de fixar e povoar a fronteira missioneira, na região oeste, fato nunca consumado.

Alguns desses casais, destinados às missões, desembarcaram em 1752 no atracadouro conhecido como *Porto do Dorneles*. Uma parcela ficou instalada nos arredores da península junto ao porto sem jamais terem sido transferidos, dando origem a um núcleo espontâneo de povoamento às margens do Guaíba.

⁴ 1732. A primeira sesmaria Riograndense. In: *Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1943.

⁵ A documentação existente sobre a colonização açoriana costuma apresentar termos como "casal de número", ou "dos casais das Ilhas" para designar esses colonizadores ilheus.

A eleição dessa localidade para o arranchamento temporário dos ilhéus, refere-se ao fato do terreno se levantar das águas, e nele há todas as comodidades que se pode desejar de um porto. O desenvolvimento desse povoado centrado nas imediações do Guaíba esteve favorecido por sua geografia. Fato importante em uma época em que “(...) a escolha de penínsulas para a criação de cidades era comum nesta região(...)”⁶, como atestam vários exemplos. O porto estabelecido nas margens do Guaíba estava favorecido por seu posicionamento e disponibilidade de recursos naturais além de apresentar condições climáticas favoráveis.

A morosidade em regularizar a situação dos casais açorianos dizia respeito aos conflitos entre os dois impérios coloniais, por ser esta uma fronteira aberta, sujeita a falta de delimitação das áreas de influência recíproca. Os enfrentamentos de parte à parte, devido a indefinição e inexistência de limites fronteiriços, acirrava o clima de belicosidade. Os monarcas ibéricos sentiam-se no direito de reivindicar maiores domínios no Prata, sendo que essas possessões eram peças corrente nas negociações⁷.

O SURGIMENTO DE PORTO ALEGRE

A escolha do local onde foram instalados provisoriamente os casais de número recém chegados ao Porto do Dorneles, em 1752, com destino a zona missioneira, vincula-se as estratégias adotadas pela Coroa Portuguesa para ocupar a fronteira oeste e diminuir a influência da Companhia de Jesus na Banda Oriental.

Os casais que desembarcaram no promontório as margens do Guaíba, *aguardavam o desfecho da demarcação dos novas limites meridionais sul-americanos* entre as coroas ibéricas. A eclosão da Guerra Guaránica (1754/56), inviabilizou o traslado dos colonizadores ilhéus para as missões orientais do Uruguai.

O surgimento desse povoado, de maneira espontâneo, era um desdobramento da iniciativa portuguesa em intensificar sua presença no Continente. Alguns açorianos destinados às missões remanesceram no porto e nunca foram trasladados. Estes começaram a estabelecer “chosas” e

⁶ RIOPARDENSE DE MACEDO, Francisco. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 1993, p. 30.

⁷ BIASI, Susana. *Conflitos hispano portugueses en el plata, 1750-1777*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984, Prólogo, p. 7-18.

bemfeitorias provisórias, além de cultivar a terra. Ficaram aproximadamente duas décadas no aguardo do cumprimento das promessas do Rei de Portugal, Dom João V.

A primeira descrição histórica mencionando essa incipiente povoação tem data de julho de 1754. Nesta ocasião, Gomes Freire, acompanhado da comitiva encarregada da demarcação dos novos limites, de passagem pela localidade recém iniciada, registrou através do escrivão a existência de um *feixe de casas* próximas às margens do Guaíba.

Mais a leste, em Rio Pardo, o futuro Conde de Bobadela comandava os trabalhos de demarcação dos novos limites, e ao mesmo tempo se ocupava pessoalmente em difamar o trabalho missional jesuítico. O interesse central era inviabilizar a presença da Companhia de Jesus, nas terras orientais do Uruguai, grande obstáculo às pretensões de Portugal. Para tanto, Gomes Freire adotou o procedimento de desmerecer o tratamento dispensado pelos padres aos índios. Procurou de todas formas extrair declarações mentirosas dos guaranis feitos prisioneiros em Rio Pardo. Buscava provas para sua acusação, ou seja, que os jesuítas impunham severos castigos e maus tratos aos índios nas reduções⁸.

Nessa época o continente apresentava-se como uma fronteira tripartite, pois estavam em disputa interesses de espanhóis, guaranis missionários e portugueses. O enfrentamento de forças nestas terras apresentava peculiaridades inerentes ao espaço ibero-platino. As estratégias militares oscilavam conforme os arranjos do momento⁹.

Enquanto aguardavam a definição das negociações entre os monarcas, e o apaziguamento na fronteira oeste, os casais açorianos proviam sua subsistência sem o auxílio prometido. A situação era muito precária e difícil para esses. O modo como esta gente costumava viver e habitar era bastante rústico e simples.

As terras onde ficaram instalados provisoriamente, nas imediações do Guaíba, pertenciam ao Estado Colonial, mas logo se mostraram diminutas

⁸ A.H.N (Madri). Relación de lo que sucedio a 53 Indios del Uruguai, quando acometieron por 2º con otros muchos en el fuerte de los Portugueses del Rio Pardo, escribio un Indio Luisista... año 1755. Jesuítas, Legajo 120, doc número 56.

⁹ Cópia da Convenção celebrada entre Gomes Freire de Andrada e os Caciques para a suspensão das armas, p. 35. In: CARVALHO E MELO, Sebastião José de (Marquês de Pombal). *República Jesuítica Ultramarina*. SMEC. Porto Alegre: Martins Livreiro; Santo Ângelo: Centro de Cultura Missionária/FUNDAMES, 1989.

para várias famílias. Pois ao lado dos ilhéus encontravam-se outros colonizadores. Alguns eram egressos da Colônia de Sacramento e Vila de Rio Grande; outros chegados de Laguna.

A ofensiva e ocupação da capital do Continente, Rio Grande, por tropas espanholas (1763/76), foi comandado por Cevallos, renomado governador de Buenos Aires. Como efeito imediato da avançada hispânica, um fluxo considerável dos moradores das cidadelas tomadas buscavam refúgio em áreas do Continente onde havia povoações recém iniciadas.

Uma das freguesias que recebeu parte dos moradores desalojados com a invasão espanhola foi Viamão, segunda povoação estabelecida no Continente em 1741. Emprestava o seu nome a toda área circunvezinha, estendendo-se aos *campos de dentro e serra de cima de Viamão*.

A invasão acabou favorecendo a estabilização demográfica de alguns núcleos. Pois os portugueses, após retirarem-se de Rio Grande “(...) andarão vagando por todo o Continente, sem assertarem a parte onde se estabelecerão muitos forão para a Ilha de Santa Catarina, outros para Porto Alegre, então Porto dos Casaes (...)”¹⁰, contribuindo, assim para o aumento populacional de certas povoações.

Durante os anos de invasão, o Vice-Rei do Brasil manifestou preocupação com a população enviada para colonizar a Comandância militar do Rio Grande, principalmente no “que diz respeito aos Ilheus, que se encontram disperos naquele mesmo continente”, vivendo em pernicioso dano, *não se distinguindo das feras*¹¹.

Os problemas e privações experimentados pelos *brutos homens das ilhas*, deviam-se em parte a morosidade do Estado Português em definir a fronteira oeste do Rio Grande. Outro tanto decorria da falta de medição e demarcação das terras prometidas, enquanto as negociações entre os diplomatas ibéricos seguiam indefinidas.

A instabilidade reinante no Continente do Rio Grande, dizia respeito ao receio de outra invasão Espanhola sobre as áreas consideradas “usurpadas” por Portugal. Incerteza essa que refletia-se no comportamento dos povoadores, amedrontados diante da possibilidade de um novo ataque.

¹⁰ 1780. BETAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXI, 3º trimestre, p. 220, 1858.

¹¹ 1767. Ofício de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Conde da Cunha, ditando as medidas a serem tomadas em relação às povoações indígenas e aos ilheus da Cidade de Viamão. In: *Anais Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 99.

Temor em certo sentido justificado, pois o governador de Buenos Aires, Pedro de Cevallos, quando prestava conta ao ministro Arriaga sobre a invasão de Rio Grande em 1763, expressou sua intenção de “*exterminar enteramente las fuerzas de los enemigos por estas partes*”¹², ou seja em toda a extensão da margem norte do Rio da Prata. Nesse mesmo documento, o governador portenho manifestou ânimo para apoderarse de “(...) todas las tierras que hay hasta Viamont, Rio Pardo y la Laguna (...)” tarefa que Cevallos julgava fácil, pois não esperava encontrar “(...) resistencia alguna, porque los enemigos que no quedaron prisioneros continuaban sin cesar su fuga (...)”¹³, tomando o rumo dos locais mais distantes e remotos. A disposição de Cevallos todavia foi freada pelos dispositivos contidos na Paz de Paris (1763), que pos fim a Guerra dos Sete Anos, mas não equacionou o problema no Prata¹⁴.

A Espanha, pouco após assinar a paz, redirecionou sua política na região, procurando assegurar o monopólio da navegação no estuário platino. As terras rio-platense ocupavam o epicentro das negociações, determinando a militarização crescente e o constante clima de belicosidade.

A indefinição permanente dos novos limites, alimentada pelas desconfianças mútuas, protelava uma decisão sobre o paradeiro dos ilhéus arranchados no continente, que seguiam sem receber os recursos prometidos.

A desconfiança de outra ofensiva hispânica despertava na população um sentimento de transitoriedade impedindo um enraizamento maior, “(...) porque nenhum entende que pretende firme estabelecimento na Província, que julgam será com facilidade invadida pelos Castelhanos”¹⁵, conforme a impressão de um oficial português.

Diante do descaso e do abandono em que se encontravam, os casais e demais povoadores começaram a ocupar as terras existentes nas imediações

¹² 1763. Cevallos da cuenta al ministro Arriaga de sus operaciones contra los portugueses en la Angostura del Chuy, la toma de las Fortalezas de Santa teresa y San Miguel y el pueblo de Río Grande, donde le alcanzó la noticia de la paz lograda en Europa. Río Grande de San Pedro, 24 de agosto de 1763. In: BIASI, Susana. *Conflicto hispano portugues en el Plata, 1750-1777*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984, p. 52-5.

¹³ Idem, p. 54.

¹⁴ La Paz de Paris, firmada en 1763, concluyó la Guerra de los Siete Años pero no solucionó el problema del Plata. El siguiente es el tratado definitivo de paz entre los reyes de España y Francia por una parte, y el de Gran Bretaña por otra. Paris, 10 de febrero de 1763. In: BIASI, op. cit, p.55-7.

¹⁵ 1781. Modo de viver rústico e agreste. In: CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1606-1801)*. Porto Alegre: URGs, 1981, p. 164.

do porto. Fato mencionado no auto de avaliação solicitado por Inácio Francisco, quando teve sua propriedade tomada pela Fazenda Real, para assentamento dos casais. O reclamante, no momento em que lavrava o pedido de avaliação das suas bemfeitorias, declarou que nas suas terras, lindantes com o porto dos casais, “(...) se lhe vão introduzindo os vizinhos, com cercas bemfeitorias (...)”¹⁶, ações motivadas, segundo a interpretação de Inácio Francisco, por causa de não estarem medidas e entregues as terras prometidas aos açorianos, recomendando que para colocar fim a essas desordens era necessário executar a demarcação.

Entretanto uma medida eficaz procurando resolver o problema fundiário apenas foi tomada duas décadas após a chegada dos primeiros casais, isto em 1772. Neste ano o Capitão com exercício de engenheiro, Alexandre Jose Montanha foi encarregado de fazer a divisão de sessenta meias datas de terra na Povoação do Porto dos Casais¹⁷.

O surgimento e formação de Porto Alegre esteve determinado pelos enfrentamentos característicos de uma território fronteiriço. A importância dessa localidade portuária foi determinada a partir da invasão espanhola. As autoridades militares portuguesas, diante da ofensiva do governador de Buenos Aires, procuravam estrategicamente fixar o eixo do Jacuí (Porto Alegre/Rio Pardo), ampliando sua presença no interior do Rio Grande.

A impossibilidade de estabelecer núcleos de povoamento na costa litorânea do Continente, decorria das adversidades geográficas, e acabou implicando na ocupação do litoral interior, o mar *de dentro* (Lagoa dos Patos), diante das facilidades naturais e recursos disponíveis.

O valor dessas localidades diziam respeito à sua posição privilegiada, além da abundância de riquezas naturais, condição importante para o estabelecimento dos povoadores. As matas próximas ao Guaíba foram derrubadas, e a madeira empregue na construção de barcos para atingir Rio Pardo, a fronteira oeste, pelo rio Jacuí.

¹⁶ 1773. Registro de huma data de terras consedida a Ignacio Francisco. A.H.R.S, Terras, Fazenda, F: 1231.

¹⁷ Registro de huma Portaria do tenente Coronel Governador Antonio Veiga de Andrada pasada ao Capitão Engenheiro Alexandre José Momtanha para fazer devisão de Secenta meyas datas de terras na Povoação de São Francisco do Porto dos Cazais. Viamão 12 de julho de 1772. A.H.R.S, Título de (tomada para o estabelecimento de P. Alegre), Fazenda, F: 1244.

A CAPITAL NO CENTRO DO CONTINENTE

A política de estabelecimento de povoados no período colonial, quando já era significativo o número de habitantes em uma região, foi peça importante nas estratégias de incorporação de novas áreas de interesse da Coroa Portuguesa. Esse também foi o caso de Porto Alegre.

Entre as medidas adotadas que contribuíram para a urbanização do povoado, uma foi a provisão régia datada de 26 de março de 1772. Esta determinava o desmembramento do Porto dos Casais do distrito de Viamão, elevando-o à categoria de freguesia¹⁸. Passados alguns meses a Fazenda Real determinou a desapropriação das terras de Inácio Francisco para instalação dos casais de número.

A importância adquirida por Porto Alegre, implicou na imediata doação das meias datas de terra prometidas aos casais. Medida somente viabilizada quando as autoridades militares, perceberam as potencialidades do porto.

Os lotes concedidos estão registrado nos Livro de datas¹⁹, e permitem esboçar algumas imagens dos primórdios da freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Em 1773, a precoce freguesia foi elevada a condição de sede de governo do Continente, transferência processada em função dos interesses estratégicos do governador em estabelecer a capital no então Porto dos Casais²⁰.

A mudança da capital, despertou grande insatisfação entre os moradores de Viamão, *pela repugnância que tinham a deixar as propriedades que possuíam*. Essa decisão foi considerada arbitrária por parte dos “homens bons”, e principalmente diante dos métodos violentos adotados pelo governador contra os vereadores²¹.

¹⁸ NEIS, Rubens. *Porto dos Casais* – criação da freguesia/fundação de Porto Alegre. s/data, p. 13-14.

¹⁹ Livro de datas, A.H.R.S.

²⁰ Sobre a antiga capital, a apreciação era a seguinte: “(...) o sítio de Viamão é excelente, e seria sem comparação a nenhum outro se tivesse porto de mar (...)”. In: BETAMIO, op. cit, p. 22.

²¹ 1780. A.H.M.P.A. Atas da Câmara Municipal, Vereanças. Livro 1, 15 de abril. Relato das prisões dos vereadores decretada pelo governador para os obrigar a residir em Porto Alegre “(...) faz o mesmo governador estas e outras semelhantes violências como tem experimentado nossos antepassados de Viamão onde esta Câmara então existia”.

A partir do assentamento dos casais nas imediações do porto, e da elevação da freguesia a condição de capital, o povoado começava a desenvolver-se, convivendo com os problemas característicos de uma sociedade colonial, ruralizada e sujeita as instabilidades decorrentes da proximidade com os frágeis limites platinos.

O destaque do porto dos casais era tanto geográfico como estratégico, pois apresentava uma posição intermediária entre as duas fronteiras (Rio Grande e Rio Pardo), e estava isento de ataques por terra. Um sargento-mor português, na virada do século, escreveu ao Rei explicando que Porto Alegre era “(...) o sítio melhor que ha naquele continente, por ficar no centro dele, onde não pode chegar o inimigo, se não por navegação”²², explicitando mais uma vez a preocupação corrente com um possível ataque inimigo.

A permanência de algumas freguesias sob controle português, no Continente do Rio Grande, mesmo diante da invasão espanhola, é consequência direta da atuação e empenho dos oficiais militares lusitanos. No caso de Porto Alegre destacou-se José Marcelino, governador responsável pela elevação do povoado a freguesia, como mentor da transferência da capital do Continente, de Viamão para o porto de São Francisco dos Casais. Igualmente preocupou-se em prover a nova capital com fortificações.

Informações a respeito da necessidade de obras militares, estão contidas em um ofício do Governador de São Paulo enviado ao Vice-rei do Brasil em setembro de 1773. Esse documento recomenda que se construam várias fortificações, “(...) uma em São José do norte, outra em Jacuí e Rio Pardo, e outra no centro, na vila nova da Madre de Deus ou casais”²³.

Em carta datada de 28 de novembro de 1773, o governador do Continente sugeriu ao vice-rei do Brasil, o Marquês do Lavradio, “(...) a necessidade de fortificações no Rio Pardo, Jacuí e Porto dos casais, ameaçados pelos Espanhóis”, pois agora temia uma investida de Vertiz y Salcedo. O governador portenho pretendia a partir de Santa Tecla tomar Rio Pardo, conhecida como a “tranqueira invicta”. A situação para os interesses lusitanos na região era de extrema fragilidade e perigo, pois Rio Grande já estava sob domínio espanhol, se Rio Pardo fosse tomada, Porto Alegre e Viamão tornariam-se alvos fáceis.

²² 1803. FERNANDES, Domingos, op. cit.

²³ *Revista do Instituto Histórico e geográfico do Brasil*, v. VI, tomos especiais, “Catalogo de documentos sobre a história de São Paulo existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa”, Rio de Janeiro, 1957, ver documento 2668, ofício n. 6 carta de José Marcelino.

Com o armistício nas fronteiras em 1777, determinado pelo Tratado de Santo Idelfonso, o último negociado entre as Coroas, José Marcelino pôs mãos às obras e estabeleceu uma linha de fortificações e trincheiras em volta dos casebres instalados na península, aproveitando o relevo e peculiaridades do terreno. Essa linha também delimitava a zona urbana da freguesia.

A fronteira esteve muito presente no nascimento e elevação de Porto Alegre à condição de sede de governo. Pois a invasão espanhola a Vila de Rio Grande determinou a transferência da Capital para Viamão. Condição que o "arrayal de Viamão" futuramente perderia para a freguesia portuária emergente, consolidando o centro do continente (Porto Alegre) como o local mais apropriado para as funções administrativas da Comandância Militar instalada no sul do Brasil.

O EM TORNO RURAL DA CIDADE

A consulta aos documentos coloniais, a luz de novos problemas, tem desvelado cenas de uma nucleação estreitamente vinculada às questões rurais. O próprio espaço urbano apresentava contornos indefinidos mesclando-se ao campo, num *continuum*. O campo era a origem da riqueza na colônia.

Os limites de Porto Alegre, quando não confrontavam com águas fluviais nas suas extremidades, apresentava "(...) terras de preciosa cultura e mato (...)"²⁴, pois a leste a península portuária apresentava-se unida e continuada com a terra firme.

Um tema possível a respeito do período colonial em Porto Alegre é o que versa sobre o aproveitamento dos recursos naturais. Tema que permite identificar uma sociedade rural simples mas diversificada e com atividades complementares.

Os pedidos de doações de terras, em alguns ocasiões, eram facilitados diante da inexistência de matos na propriedade desejada²⁵, minimizando a importância da terra solicitada no momento da confirmar a concessão do lote.

²⁴ 1803. FERNANDES, Domingos, op. cit, p. 32.

²⁵ 1779. Registro de hua data de terras concedidas a Francisco da Fonseca Quintanilha e ratificadas nos ordeyros do mesmo como abaixo se declara. "(...) pois além de ser couza diminuta não tem matos (...)". A.H.R.G.S, F. 1229.

A documentação consultada, menciona casos de desentendimentos quanto a questão da exploração dos recursos naturais, tais como os matos, cursos d'água, vegetação, além da extração de pedras, saibro e areia²⁶.

As animosidades registradas entre os colonizadores nesse período, além da clássica e notória questão fundiária²⁷, originavam-se em sua maioria devido a disputa pela exploração e uso da vegetação existente fora dos portões da cidade. Visto que o problema da terra, envolvia além da posse de um lote, o aproveitamento dos recursos disponíveis. A extensão das terras não era o mais importante, valia muito a existência de matérias-primas, como as madeiras, material empregue tanto nas construções como combustível, além de pedreiras e cursos d'água.

Sobre o valor dos recursos disponíveis em Porto Alegre, o governador do Rio Grande, Sebastião Xavier da Veiga, escreveu em 1780 uma extensa carta ao vice-rei. Relatou que a cidade apesar de apresentar uma *sofrível Casa de Residência dos Governadores*, estava instalada "(...) sobre terreno sólido, em abundância de pedra, por ora não é falta de madeiras suficientes(...)"²⁸, destacando as riquezas naturais disponíveis da capital recém instalada.

O aproveitamento dos recursos vegetais localizados nas imediações da Capital necessitou a regulamentação por parte das autoridades coloniais. Pois o problema ampliou-se, em face da exploração desenfreada praticada no *Campão e Mattos sitos na Costa do Rio Guaíba*.

O primeiro caso registrado em Porto Alegre a respeito de problemas decorrentes da utilização dos matos, data do ano de 1778, e veio acompanhado de instruções para regularizar o domínio útil sobre esses. Pois ao serem repartidas e entregues as datas, não foram compreendidos os matos que bordão o Rio Guaíba, destinados para logradouro e Realengo dos moradores. Nesta ocasião se "(...) concedeu vocalmente a estes cazaes que se poderão utilizar do mato que lhe foce necessario (...)" para as plantações ou gasto cotidiano, além das extração de madeiras para a criação de moradias²⁹.

26 1821. Camara Municipal de Porto Alegre. Moradores e proprietários "(...) se queixão de serem impedidos de continuar a tirar areia no lugar da Praia do Riacho para as obras públicas da mesma (...) que mais se não prosiga nùm tal costume (...)", A.H.R.G.S, Lata 130; maço 119, anos: 1817/1821 (Correspondência Expedida)

27 Sobre este tema consultar: OSÓRIO, Helen. *A apropriação de terras e a criação do espaço platino*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: CPG-UFRGS, 1991.

28 PORTO ALEGRE, Achylles. *Fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1906, p. 37-8.

29 1778. Porto Alegre 1º de outubro. Registro de hum Concepção e despacho do Sr. Brigadeiro Governador para poder citar se o Casal Jose Caetano no Citio, ou Rossa que fez no matto, na testada o a fundos da data de Antão Silveira. A.H.R.G.S. Fazenda, F. 1231, Data de terras dada aos casais.

Ocorre que muitos casais avançavam além do aconselhável, chegando inclusive a ocupar os *matos dos logradouros comuns desta vila*. Obrigando desta forma o poder público a manifestar-se, pois problemas “*desta natureza haverá outros muitos*”, e como medida preventiva foi recomendado que esta declaração constasse nos registros das Cartas de datas.

O aproveitamento do mato nativo, ocorria de maneira acelerada. Eram derrubadas indistintamente árvores de corte e frutíferas, dada a grande quantidade destas. Em Porto Alegre havia abundância de pés de pessegos, ocasionando que “até as divisões e cercas das estâncias e fazendas são de pessegueiros”³⁰, conforme registrou um oficial português de passagem pela cidade.

O desmatamento parece ter atingido extremos no início do século XIX, a se julgar pelo teor das ordens expedidas pelo governador do Continente, Dom Diogo de Souza. No momento de confirmar um traslado de sesmaria, o governador agregou ao documento instruções esclarecendo os motivos pelos quais os novos proprietários deveriam tomar cuidados com os campos e matos³¹.

Pelo acima exposto, os temas agrários podem ser revigorados como campo de conhecimento histórico, além da já consagrada produção tritícola³². Pois durante a segunda metade do século XVIII, as chácaras instaladas nos arredores da cidade estava a produzir trigo, cultura que adaptou-se bem as condições de Porto Alegre. O cereal era transformado em farinha, possuindo desta forma a cidade muitas azenhas. Inventaram ainda “(...) uns moinhos de vento feitos de madeira sobre rodas, que se movem puxados por bois (...)”, deslocados conforme a direção dos ventos³³.

Nos arrabaldes da Vila existiam famosas estâncias de gado, e nestas grandes fábricas de queijo de muito bom gosto e duração. Gradativamente a pecuária começava a aumentar de importância, concorrendo com a agricultura, determinando constantes atritos entre estas duas atividades. Na Ata

³⁰ 1790. Observações sobre o Rio Grande. In: CESAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul (1606-1801)*. Porto Alegre: URGs, 1981, p. 172.

³¹ 1820. “(...) tão bem terá obrigação da concervas e aumentar com plantacoens de Árvores analogas a natureza do terreno os Mattos comprehendidos na suas devisas a fim de precaver a grande falta que já se experimenta em alguns lugares de madeiras de construção e athe de combustíveis (...), A.P.R.G.S. 2º Cartório Civil e Crime, Auto n. 832, Ano de 1820, Local: Fazenda do Pontal (no outro lado do Guaíba). Medição: Porto Alegre.

³² Obras de Laytano, Borges Fortes.

³³ CESAR, Guilhermino, op. cit, p. 172.

da Câmara de Porto Alegre, lavrada em 17 de março de 1813, ficou registrada a necessidade de eleger Oficiais Jurados para vigiar e processarem as coimas³⁴.

Devido a convivência da atividade agrícola (triticola) e da pecuária nas chácaras instaladas nos arredores de Porto Alegre, tornava-se necessário proteger os cultivos para que não se “(...) danifiquem as plantas por causa dos gados que devem ser coimados(...)”³⁵, indicando no mesmo documento os rendeiros do Conselho como responsáveis pela aplicação das coimas, cobranças que deveriam reverter para benefício da rendas públicas.

Na primeira década do século XIX Porto Alegre já era a maior cidade do Rio Grande. Contabilizando na época um número significativo de habitantes, extrapolando as 6 mil almas³⁶. A ligação terrestre da capital com as demais vilas do continente era feito através de 3 caminhos. Os moradores da Aldeia dos Anjos, “(...) vem para esta Vila pelo Caminho dos Moinhos de Vento, os do Rio Grande e mais freguesias do Sul, pelo da Varzea ou do meio e só os de Viamão é que transitão pelo caminho da Azenha, que lhes é mais próximo (...)”³⁷ para virem a esta capital.

A Vila de Porto Alegre começavam nesta época a romper os limites do entrincheitamento estabelecido por José Marcelino, avançando além dos portões. A expansão da cidade para fora da perímetro demarcado inicialmente, implicou na regularização das áreas próximas. A Câmara Municipal solicitou em 1821, ao Governador Paulo Gama, a confirmação da doação para logradouro público em toda sua extensão da “(...) data de terrenos, que então se achavão devolutas na vargem da entrada do Portão (...)”³⁸, terras estas imediatas a Capital.

Os limites confrontantes do logradouro solicitado pela Câmara, eram às extremas e divisas com os moradores e proprietários, “(...) que tinham chacaras e terrenos cercados e valados nas suas circunferências (...)”³⁹, essas cercas indicavam o término da malha urbana e o início da zona rural de Porto Alegre.

³⁴ Coima: multa ou penalidade imposta sobretudo a donos de gado que danifiquem propriedade alheia.

³⁵ 1813. A.H.P.A. Atas da Câmara, Vereanças. Livro 6, de 17 de março.

³⁶ SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967, p. 51.

³⁷ 1810. A.H.R.G.S. “Quanto ao requerimento dos Milicianos da Freguesia de Viamão ser destituída de fundamento...”. In: Câmara Municipal de Porto Alegre/Correspondencia Expedida. Anos 1806/1810. L. 129/Maço 118 (doc 22).

³⁸ 1821. A.H.R.G.S. Câmara Municipal de Porto Alegre/Lata 130; maço 119, (correspondencia expedida, doc. número 152).

³⁹ Idem.

Ao propor a temática colonial como maneira de retomar as discussões sobre os primórdios de Porto Alegre, espero estar contribuindo para o esclarecimento das condições e dificuldades enfrentados pelos primeiros colonizadores.

Situação agravada diante das disputas fronteiriças e da decorrente militarização registrada na sociedade ibero-platina em (trans)formação. Esta situação gerava grande instabilidade no acesso e mesmo manutenção das terras apropriadas, ocasionando inúmeras animosidades no uso e aproveitamento dos recursos naturais.

Temas como estes possibilitam reavaliar as condições gerais de instalação da atual capital do estado, e desvelam sua filiação aos conflitos travados no rio da Prata, período em que as Coroas Ibéricas procuravam ampliar suas áreas de influência e controle territorial na região.